

II.5.E -LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL

II.5.E - Legislação Ambiental Aplicável

A seguir apresenta-se listada a legislação atualizada com leis, decretos e resoluções que disciplinam a atividade em questão:

Federal

Constituição

Constituição Federal, artigos 5, 20, 23, 24, 177 e artigo 225.

Leis

Lei nº 4.771/1965 - Dispõe sobre o Código Florestal

Lei nº 5.197/1967 - Dispõe sobre a proteção à Fauna.

Lei nº 5.318/1967 - Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.

Lei nº 62.837/1968 - Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas interiores e dá outras providências.

Lei nº 5.811/1972 - Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados das atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrialização de xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Lei nº 6.340/1976 - Estabelece o regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 6.437/1977 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Lei nº 6.513/1977 - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.

Lei nº 6.902/1981 - Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Alterada parcialmente pela Lei nº 7.804/1989.

Lei nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06.06. 1990; alterada pela Lei nº 7.804/1989) e pela Lei nº 8.028/1990.

Lei nº 72.033/1984 - Dispõe sobre assistência e salvamento de embarcações, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis internas.

Lei nº 7.347/1985 - Institui a Ação Civil Pública como parte do processo para se efetivar a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Lei nº 7.542/1986 - Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional e em terrenos de marinha e seus acrescidos.

Lei nº 7.643/1987 - Proíbe a pesca de cetáceos nas águas de jurisdição brasileira.

Lei nº 7.661/1988 - Institui o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Lei nº 7.679/1988 - Proíbe pesca em períodos de reprodução.

Lei nº 7.735/1989 - Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

Lei nº 7.797/1989 - Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Lei nº 7.990/1989 - Instituí para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos

minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Lei nº 8.001/1990 - Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990/89.

Lei nº 8.617/1993 - Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica e a plataforma continental brasileiras.

Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX, do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13.03.1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28.12.89.

Lei nº 9.478/1997 - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 9.537/1997 - Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em águas sob jurisdição nacional (LESTA) e dá outras providências.

Lei nº 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Alterada pelas Medidas Provisórias nº 1.710, de 07.08. 1998; 1.710-1, de 08.09. 1998; 1.710-2, de 25/02/1999.

Lei nº 9.636/1998 - Dispõe sobre a Administração de Áreas de Patrimônio da União.

Lei nº 9.782/1999 - Define o Sistema de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.984/2000 - Dispõe sobre a criação da Agência Nacional das Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos.

Lei nº 9.960/2000 - Estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Lei nº 9.966/2000 - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 9.985/2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei nº 9.990/2000 - Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

Lei nº 10.165/2000 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei nº 10.202/2001 - Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.

Lei nº 10.636/2002 - Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da

Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências”.

Lei nº 10.848/2004 - Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 04 de março de 1993, 9.074, de 07 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 06 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”.

Lei nº 11.284/2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Lei nº 12.187/2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

Lei nº 12.276/2010 - Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição

Lei nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decretos

Decreto nº 24.643/1934 – Código de Águas - Institui o Código das águas. Alterado, parcialmente, pela Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Decreto nº 24.645/1934 - Estabelece medidas de proteção aos animais.

Decreto-Lei nº 7.841/1945 - Código e Águas Minerais

Decreto-Lei nº 28.840/1950 - Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse Território.

Decreto nº 28.840/1950 - Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse território.

Decreto nº 50.877/1961 - Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências.

Decreto nº 221/1967 - Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Decreto nº 62.837/1968 - Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial e nas águas interiores e dá outras providências.

Decreto nº 68.459/1971 - Regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial.

Decreto Legislativo nº 74/1976 - Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

Decreto nº 79.437/1977 - Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.

Decreto nº 83.540/1979 - Regulamenta a aplicação da convenção internacional sobre a responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.

Decreto nº 86.176/1981 - Regulamenta a Lei no 6.513/1977.

Decreto nº 87.566/1982 - Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

Decreto nº 87.648/1982 - Aprova o Regulamento para Tráfego Marítimo.

Decreto nº 89.336/1984 - Dispõe sobre as reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Decreto nº 96.000/1988 - Dispõe sobre a Realização de Pesquisa e Investigação Científica na Plataforma Continental e em Águas sob jurisdição Brasileira, e sobre Navios e Aeronaves de Pesquisa Estrangeiros em Visita aos Portos e Aeroportos Nacionais, em Trânsito nas Águas jurisdicionais Brasileiras ou no Espaço Aéreo Sobrejacente.

Decreto nº 96.044/1988 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e dá outras providências.

Decreto nº 97.633/1989 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF.

Decreto Legislativo nº 91/1989 - Aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985 e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Decreto nº 99.274/1990 - Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 181/1991 - Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Decreto Legislativo nº 32/1992 - Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Londres, a 29 de junho de 1990.

Decreto nº 875/1993 - Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu depósito.

Decreto nº 1.265/1994 - Estabelece a Política Marítima Nacional.

Decreto Legislativo nº 60/1995 - Aprova o Texto da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decreto nº 1.530/1995 - Declara a entrada em vigor da Convenção das nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em dezembro de 1982.

Decreto no 1.694/1995 - Cria o Sistema Nacional de Informações de pesca.

Decreto Legislativo nº 51/1996 - Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992.

Decreto nº 43/1998 - Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Decreto nº 2.508/1998 - Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decreto nº 2.705/1998 - Define critérios para cálculo das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478/97, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Decreto nº 2.870/1998 - Promulga a Convenção sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990.

Decreto nº 2.455/1998 - Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.

Decreto nº 2.851/1998 - Dispõe sobre programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica aplicados à indústria de petróleo.

Decreto nº 2.926/1999 - Estabelece diretrizes para exportação de petróleo e seus derivados e de gás natural e condensado.

Decreto nº 2.953/1999 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.

Decreto nº 2.956/1999 - Aprova o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (V PSRM).

Decreto nº 3.179/1999 - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 3.520/2000 - Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e dá outras providências.

Decreto nº 3.919/2001 - Acrescenta artigo ao Decreto nº 3.179/1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 4.097/2002 - Altera a redação dos artigos 7º e 19º dos Regulamentos para os transportes rodoviário e ferroviário de produtos perigosos, aprovados pelos Decretos nº 96.044, de 18 de maio de 1988, e 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, respectivamente.

Decreto nº 4.136/2002 - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Decreto nº 4.340/2002 - Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

Decreto nº 4.871/2003 - Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.

Decreto nº 5.300/2004 - Regulamenta a Lei nº 7.661/88 e dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira, além de estabelecer critérios de gestão da orla marítima.

Decreto nº 5.566/2005 - Dá nova redação ao caput do art. 31 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Decreto nº 7.404/2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

Resoluções

Resolução CNP nº 08/1971 - Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para Armazenamento de Petróleo e seus Derivados Líquidos sob a denominação: CNP – ABNT- IBP (P.NB-216).

Resolução CONAMA Nº 08/1984 - "Dispõe sobre a promoção de estudos sobre possíveis usos das Reservas Ecológicas Particulares (Áreas de Preservação Permanente) e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA".

Resolução CONAMA nº 01/1986 - Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Resolução CONAMA nº 001-A/1986 - Estabelece normas gerais relativas ao transporte de produtos perigosos.

Resolução CONAMA nº 06/1986 - Aprova os modelos para publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.

Resolução CONAMA nº 09/1987 - Dispõe sobre a realização de audiências públicas.

Resolução CONAMA nº 010/1987 - “Dispõe sobre a implantação de uma estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento, preferencialmente junto à área, decorrentes do licenciamento de obras de grande porte”.

Resolução CONAMA nº 11/1987 - Declara como unidades de conservação as categorias de sítios ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do poder público.

Resolução CONAMA nº 01/1988 - Estabelece critérios e procedimentos básicos para a implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, previstos na Lei nº 6.938/1981.

Resolução CONAMA: nº 010/1988 - "Dispõe sobre a regulamentação das APAs" - Publicação DOU: 11/08/1989.

Resolução CONAMA nº 012/1988 - "Dispõe sobre a declaração das ARIEs como Unidades de Conservação para efeitos da Lei Sarney" - Publicação DOU: 11/08/1989

Resolução CONAMA nº 05/1989 - Institui o Programa Nacional de controle da Qualidade do Ar – PRONAR – e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 12/1989 - Proíbe, nas áreas de relevante interesse ecológico quaisquer atividades que possam por em risco o ecossistema.

Resolução CONAMA nº 015/1989 - "Dispõe sobre a apresentação de EIAs, pela PETROBRÁS, sobre o uso de metanol como combustível" - Publicação DOU: 24/01/1990

Resolução CONAMA nº 01/1990 - Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando critérios, padrões e diretrizes.

Resolução CONAMA nº 03/1990 - Dispõe sobre a qualidade do ar e define padrões.

Resolução CONAMA nº 06/1990 - Determina que a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados somente poderá ser feita após prévia autorização e registro junto ao IBAMA.

Resolução CONAMA nº 08/1990 - Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.

Resolução CONAMA nº 011, de 06/12/1990 - "Dispõe a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental na Mata Atlântica" - Publicação DOU: 28/12/1990.

Resolução CONAMA nº 13/1990 - Dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das Unidades de Conservação que as atividades que possam afetar a biota de Unidades de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada unidade de Conservação juntamente com os órgãos licenciadores e de Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 02/1991 - "Dispõe sobre as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas deverão ser tratadas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente até manifestação do Órgão de Meio Ambiente competente".

Resolução CONAMA nº 08 /1991 - "Proíbe a entrada no País de materiais residuais destinados à disposição final e incineração no Brasil".

Resolução CONAMA nº 04/ 1993 - "Considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga" - Publicação DOU: 13/10/1993.

Resolução CONAMA nº 05/1993 - Define as condições para o gerenciamento e disposição de resíduos de serviços médicos, instalações portuárias, e terminais de transporte.

Resolução CONAMA nº 23/1994 - Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.

Resolução CONAMA nº 10/1996 - Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas.

Resolução CONAMA nº 23/1996 - Estabelece critérios para importação / exportação de resíduos sólidos, estabelecendo ainda a classificação desses resíduos.

Resolução CONAMA nº 237/1997 - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CIRM nº 4/1997 - Aprova o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 244/1998 - "Exclui item do anexo 10 da Resolução CONAMA nº 23, de 12 de dezembro de 1996" - Publicação DOU: 19/10/1998

Resolução CONAMA nº 257/1999 - Disciplina o descarte e gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, cádmio e mercúrio.

Resolução CONAMA nº. 263/1999 - "Modifica o Artigo 6º da Resolução nº. 257/99" - Publicação DOU: 22/12/1999
Resolução CONAMA nº 265/2000 - Determina ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e aos órgãos municipais de meio ambiente e entidades ambientalistas não governamentais, a

avaliação, no prazo de 240 dias, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, das ações de controle e prevenção e do processo de licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados localizadas no território nacional.

Resolução CONAMA nº 267/2000 - "Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio" – Publicação DOU: 11/12/2000

Resolução CONAMA nº 269/2000 - Dispõe sobre a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos para as ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados no mar somente poderão ser feitos após a obtenção de registro do produto junto ao IBAMA, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 273/2000 - "Dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços" - Publicação DOU: 08/01/2001

Resolução CONAMA nº 274/2000 - Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.

Resolução CONAMA nº 275/2001 - Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

Resolução CONAMA nº 278/2001 - "Dispõe contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica". - Publicação DOU: 18/07/2001.

Resolução CONAMA nº 279/2001 - "Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental". - Publicação DOU: 29/06/2001.

Resolução CONAMA: nº 281/2001 - "Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento". - Publicação DOU: 15/08/2001

Resolução CONAMA nº 286/2001 - "Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária" - Publicação DOU: 17/12/2001.

Resolução CONAMA nº 293/2001 - Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originado em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

Resolução CNRH nº15/2001 - Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resolução Conjunta ANAEEEL/ANATEL/ANP nº 02/2001 - Aprova o Regulamento Conjunto de Resoluções de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

Resolução ANA nº 44/2002 - Estabelece o conteúdo do extrato das resoluções de outorga de direito de uso de recursos hídricos emitidas pela ANA.

Resolução ANP Nº 33/2005 - Aprova o Regulamento ANP nº 5/2005, que define as normas referentes à realização, no Brasil, dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e à elaboração do relatório demonstrativo a que se refere a Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento dos Contratos de Concessão.

Resolução ANP Nº 27/2006 - Aprova o Regulamento Técnico que define os procedimentos a serem adotados na Desativação de Instalações e especifica condições para Devolução de Áreas de Concessão na Fase de Produção.

Resolução ANP Nº 43/2007 - Institui o Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Resolução ANP nº 13/2011 - Aprova o Regulamento Técnico de Devolução de Áreas de Concessão na Fase de Exploração, contido no Anexo I a esta Resolução, doravante denominado Regulamento Técnico, o qual define os procedimentos a serem adotados na Devolução de Áreas na Fase de Exploração e estabelece o conteúdo do Relatório de Devolução de Áreas, previsto no Contrato de Concessão.

Resolução CONAMA nº 300/2002 - Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001". - Publicação DOU: 29/04/2002.

Resolução CONAMA nº 302/2002 - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno". - Publicação DOU: 13/05/2002

Resolução CONAMA nº 303/2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente – APP.

Resolução CONAMA nº 306/2002 - "Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais". - Publicação DOU: 19/07/2002.

Resolução CONAMA nº 307/2002 - "Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil". - Publicação DOU: 17/07/2002.

Resolução CONAMA nº 317/2002 - "Regulamentação da Resolução Nº. 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica." - Publicação DOU: 19/12/2002

Resolução CONAMA nº 316/2002 - "Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos". - Publicação DOU: 20/11/2002

Resolução CONAMA nº 314/2002 - "Dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências" - Data da legislação: 29/10/2002 - Publicação DOU: 20/11/2002

Resolução CONAMA nº 313/2002 - "Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais"; - Publicação DOU: 22/11/2002.

Resolução CONAMA nº 338/2003 - "Compete à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos o exame preliminar sobre recursos administrativos interpostos a autos

de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA" - Publicação DOU: 03/11/2003.

Resolução CONAMA nº 341/2003 - "Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira." - Publicação DOU: 03/11/2003

Resolução CONAMA nº 347/2004 - "Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico." - Publicação DOU: 13/09/2004

Resolução CONAMA nº 348/2004

"Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos." - Publicação DOU: 17/08/2004.

Resolução CONAMA nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 358/2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 362/2005 - "Dispõe sobre o Rerrefino de Óleo Lubrificante" - Publicação DOU: 27/06/2005.

Resolução CONAMA nº 369/2006 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP, ou seja, esta Resolução define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental.

Resolução CONAMA nº 371/2006 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.

Resolução CONAMA Nº 373/2006 - Define critérios de seleção de áreas para recebimento do Óleo Diesel com o Menor Teor de Enxofre-DMTE, e dá outras providências.

Resolução CONAMA Nº 382/2006 - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Resolução CONAMA Nº 388/2007 - Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4o § 1o da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

Resolução CONAMA Nº 396/2008 - "Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

Resolução CONAMA Nº 397/2008 - Altera o inciso II do § 4o e a Tabela X do § 5o, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA no 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Resolução CONAMA Nº 398/2008 - Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

Resolução CONAMA Nº 417/2009 - "Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.

Resolução CONAMA Nº 428/2010 - "Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.

Resolução CONAMA Nº 430/2011 - "Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Resolução CNRH nº 58/2006 - Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resolução CONPORTOS nº 37/2005 - "Dispõe sobre as auditorias, emendas, atualizações e/ou revisões dos Planos de Segurança Pública Portuária das Instalações Portuárias, aprovados no âmbito da CONPORTOS".

Portarias

Portaria Ministerial nº 53/1979 - Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.

Portaria nº 18-N/1984 - Autorização científica de programa à pesca.

Portaria nº 5-N/1986 - Proíbe a captura de tartarugas marinhas.

Portaria nº N-11/1986 - Proíbe, nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos, Pinípedes e Sirênios.

Portaria nº 18/1987 - Pesca em caráter permanente.

Portaria IBAMA nº 1.522/1989 - Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira ameaçada de Extinção.

Portaria IBAMA nº 01/1990 - Institui a cobrança no fornecimento de Licença Ambiental, e dá outras providências.

Portaria IBAMA nº 186/1990 - Institui o Tamar.

Portaria IBAMA nº 31-N/1991 - Define a Zona de Vida Silvestre em APA's – tartarugas.

Portaria nº 40-N/1991 - Institui o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios.

Portaria nº 10-N/1992 - Registro geral de pesca.

Portaria IBAMA nº 64-N/1992 - Estabelece critérios para concessão de registro provisório aos dispersantes químicos nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados.

Portaria nº 2.097/1994 - Cria o Grupo de trabalho especial de Mamíferos Aquáticos.

Portaria IBAMA nº 11/1995 - Proíbe iluminação em faixa de praia onde haja desova de tartaruga .

Portaria Ministerial nº 60/1995 - Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Portaria nº 117/1996 - Regulamenta as observações de grandes cetáceos em ambiente natural.

Portaria DPC nº 46/1996 - Aprova Diretrizes para a implementação do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a prevenção de Poluição (Código Internacional de Gerenciamento de Segurança – Código ISM).

Portaria IBAMA nº 84/1996 - Estabelece procedimentos junto ao IBAMA, para registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental.

Portaria IBAMA nº 96/1996 - Dispõe sobre o Cadastro Técnico de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais.

Portaria IBAMA nº 117/1996 - Proíbe o molestamento de cetáceos em águas de jurisdição brasileira.

Portaria MT nº 101/1997 - Altera a Portaria MT nº 204/97, que dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Portaria IBAMA nº 113/1997 - Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recursos Ambientais.

Portaria MT nº 204/1997 - Dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Portaria IBAMA nº 15/1998 - Dispõe sobre a Renovação de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais.

Portaria IBAMA nº 166-N/1998 - Cria o Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear – ELPN, vinculado ao Programa de Análise e Licenciamento Ambiental, instituído pela Portaria IBAMA nº 16/1998, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Portaria nº 143-N/1998 - Institui o Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – Centro Mamíferos Aquáticos, com atuação em todo o território nacional.

Portaria ANP nº 170/1998 - Estabelece que a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.

Portaria ANP nº 188/1998 - Dispõe sobre a aquisição de dados aplicados à prospecção de petróleo (alterada pela Portaria ANP nº 35, de 01 de março de 1999).

Portaria ANP nº 34/1999 - Dispõe sobre o controle das atividades que envolvem a disposição de óleos lubrificantes contaminados.

Portaria ANP nº 81/1999 - Dispõe sobre o refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados, e dá outras providências.

Portaria ANP nº 125/1999 - Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

Portaria ANP nº 127/1999 - Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoa jurídica sediada no País, organizada de acordo com as leis brasileiras.

Portaria ANP nº 01/2000 - Homologa a Resolução CONAMA 257, de 30 de junho de 1999.

Portaria ANP nº 14/2000 - Estabelece, através da presente Portaria, os procedimentos para comunicação de acidentes de natureza operacional e liberação acidental de poluentes, a serem adotados pelos concessionários e empresas autorizadas a exercer atividades pertinentes à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como pelas empresas autorizadas a exercer as atividades de armazenamento e transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Portaria ANP nº 71/2000 - Altera a Portaria ANP nº 125, de 30/07/99, que regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

Portaria ANP nº 249/2000 - Aprova o Regulamento Técnico de Queimas e Perdas de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, que dispõe sobre as questões relacionadas com as queimas em flares e as perdas de gás natural, com os limites máximos de queimas e perdas autorizadas e não sujeitas ao pagamento de royalties e estabelece parâmetros para o controle das queimas e perdas de gás natural, de acordo com o instituído na Lei nº 9.478/97, e no Decreto nº 2.705/98.

Portaria ANP nº 259/2000 - Aprova o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e/ou Gás Natural.

Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 01/2000 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Anual de Produção para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção de acordo com o estabelecido na seção V, art. 43, inciso VII, da Lei nº 9.478. de 06/08/97, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação, anexo à presente portaria.

Portaria ANP nº 29/2001 - Estabelece os critérios a serem adotados, a partir de 1o de janeiro de 2002, para fins de distribuição do percentual de 7,5% sobre a parcela do valor dos royalties que exceder a 5% da produção de petróleo ou gás natural de cada campo, a ser efetuada aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural.

Portaria ANP nº 283/2001 - Aprova o Regulamento Técnico ANP nº 4/2001, que estabelece os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras.

Portaria ANP nº 25/2002 - Aprova o Regulamento de Abandono de Poços perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás.

Portaria ANP nº 3/2003 - Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural, biodiesel e de mistura óleo diesel/biodiesel no que couber.

Portaria IBAMA nº 28/2001 - Cria o Programa Nacional de Vigilância para Prevenção e Monitoramento de Derrames de Óleo com finalidade de dar cumprimento às atribuições do IBAMA.

Portaria IBAMA nº 114/2001 - Aprova o regulamento técnico que define os procedimentos e serem adotados na devolução de áreas de concessão na fase de exploração. Determina que a retirada de uma instalação ligada à atividades de exploração de petróleo e gás natural, em casos de extinção ou não do contrato de concessão, se fará por conta exclusiva do concessionário, incluindo a remoção

dos bens que não sejam objeto de reversão ou alienação bem como a recuperação ambiental da área ocupada.

Portaria IPHAN nº 230/2002 - Estabelece dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica.

Portaria MINJUST nº 388/1998 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS.

Portaria DPC nº 66/1998 - Aprova as Normas da Autoridade Marítima para estabelecer condições e requisitos para concessão e delegação das atividades da assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores – NORMAM 16.

NORMANs

NORMAN – 01/1998– Marinha do Brasil – DPC - Dispõe sobre normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação de mar aberto, incluindo plataformas de perfuração, produção e de armazenamento de óleo.

NORMAN – 04/1998 – Marinha do Brasil – DPC - Dispõe sobre a operação de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 07/1998 – Marinha do Brasil – DPC - Dispõe sobre normas da autoridade marítima para atividades de inspeção naval.

NORMAN – 08/1998 – Marinha do Brasil – DPC - Dispõe sobre normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 11/1998 – Marinha do Brasil – DPC - Dispõe sobre normas obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 09/2000 – Marinha do Brasil – DPC - Título I – Normas para instauração de inquéritos sobre acidentes e fatos da navegação.

Título II – Normas e procedimentos para instauração de inquérito administrativo, a que se refere à alínea c do art. 9º, do regulamento da lei de segurança do tráfego aquaviário.

NBRs - Normas Brasileiras Regulamentadoras da ABNT

Norma ABNT – NBR 1.183 - Dispõe sobre o armazenamento de resíduo.

Norma ABNT – NBR 7.500 - Dispõe sobre o símbolo de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.

Norma ABNT – NBR 7.501 - Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos.

Norma ABNT – NBR 7.502 - Dispõe sobre transporte de cargas perigosas por classificação.

Norma ABNT – NBR 7.503 - Dispõe sobre a ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos - características e dimensões.

Norma ABNT – NBR 7.504 - Dispõe sobre o envelope para transporte de produtos perigosos – características e dimensões.

Norma ABNT – NBR 8.285 - Dispõe sobre o preenchimento da ficha de emergência para o transporte de produto perigoso.

Norma ABNT – NBR 8.286 - Dispõe sobre o emprego da sinalização nas unidades de transporte e de rótulos nas embalagens de produtos perigosos.

Norma ABNT – NBR 10.151/1987 - Fixa as condições exigíveis para avaliação de ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.

Norma ABNT – NBR 10152/1987 - Estabelece os níveis de ruídos para conforto acústico.

Norma ABNT – NBR 12235/1992 - Dispõe Armazenagem de Resíduos Sólidos Perigosos

Norma ABNT – NBR 10.004/2004 - Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.

Norma ABNT – NBR 11.174 (NB 1.264) - Dispõe sobre o armazenamento de resíduo classe II – não inerte e classes III - inertes.

Norma ABNT – NBR 12.235 (NB 1.264) - Dispõe sobre o armazenamento de resíduo perigoso.

Norma ABNT – NBR 13.221 - Dispõe sobre o transporte de resíduo.

Norma ABNT – NBR 12.808 - Estabelece a classificação de resíduo de serviço de saúde.

Norma ABNT – NBR 12.801 - Estabelece a coleta de resíduo de serviço de saúde.

Instruções Normativas

Instrução de Serviço DNER s.nº/1990 - Instrução sobre os procedimentos dos diversos setores do DNER envolvidos na aplicação e fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

Instrução Normativa IBAMA nº 01/2000 - Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA, para concessões de registro de dispersantes químicos, empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.

Instrução Normativa Conjunta IBAMA/ICMBio nº 01/2011 - Estabelece as áreas de período de restrição periódica para as atividades de exploração e produção de óleo e gás, incluindo as etapas de levantamentos de dados sísmicos, perfuração de poços petrolíferos, instalação ou lançamento de dutos para escoamento de óleo, gás e água de produção, instalação de unidade de rebombeio de óleo, gás e água de produção e

sondagens geotécnicas marinhas, em áreas prioritárias para a conservação de tartarugas marinhas na costa brasileira.

NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho

NR-1 - Dispõe sobre a obrigação do Empregador em elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina, dando ciência aos empregadores.

NR-4 - Dispõe sobre Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

NR-5 - Dispões sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

NR-6 - Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

NR-7 - Dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

NR-9 - Dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.

NR-11 - Dispõe sobre o transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR-12 - Dispõe sobre máquinas e equipamentos.

NR-15 - Dispõe sobre atividades e operações insalubres.

NR-16 - Dispõe sobre atividades e operações perigosas.

NR-18 - Dispõe sobre as condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

NR-20 - Dispõe sobre líquidos combustíveis e inflamáveis.

NR-21 - Dispõe sobre o trabalho a céu aberto.

NR-23 - Dispõe sobre a proteção contra incêndios.

NR-24 - Estabelece condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

NR-25 - Dispõe sobre resíduos industriais.

NR-26 - Dispõe sobre a sinalização de segurança.

NR-29 - Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados das atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrializado do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

NR-30 – Plataformas e instalações de apoio.

Acordos / Convênios internacionais subscritos pelo Brasil

- Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, assinada pelo Brasil em 1973 e ratificada em 1974, tem por objetivo, em proveito das gerações futuras, salvaguardar as grandes fontes naturais representadas pelas baleeiras.
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 em Montego, Jamaica, e ratificada em 1988 e que se encontra em vigor desde 16/11/94. A CNUDM, um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispõe sobre os usos dos espaços marítimos e de seus recursos. Regulamentada pelo Decreto Presidencial 1.530/95;
- Acordo relativo à implementação da Parte XI da CNUDM, em vigor desde 1996, que flexibilizou alguns dispositivos da CNUDM que dizem respeito aos recursos da “Área”, permitindo, dessa forma, que países de todos os blocos e regiões geográficas, até então reticentes, aderissem à Convenção;
- Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO - 92), cujo Capítulo 17 se dedica à proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;

- Convenção sobre Diversidade Biológica, também ratificada pelo Brasil e em vigor desde 1994, cujo objetivo é assegurar a manutenção da diversidade biológica e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos;
- Código de Conduta para a Pesca Responsável, aprovado na 18ª Reunião da FAO, em 1995, que apresenta um conjunto de diretrizes para as políticas do setor da pesca, baseado em princípios de uso sustentável e equilíbrio na distribuição dos benefícios econômicos;
- Acordo para a Implementação das Disposições da CNDUM sobre Estoque de Peixes Transzonais e de Peixes Altamente Migratórios, assinado pelo Brasil em 1977, que visa assegurar a conservação a longo prazo e o uso sustentável de estoque de peixes transzonais e altamente migratórios, instando a cooperação entre os Estados para este fim;
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 1973/1978), cujos anexos I e II estão em vigor no Brasil desde 29/04/88, enquanto os anexos III, IV e V entraram em vigor só em 1998 (Dec. nº 2.508, de 04/03/98), possibilitando a aplicação integral desta Convenção no país, contendo regras para a proteção do meio ambiente nos mares e zonas costeiras, contra a poluição, para a eliminação da poluição internacional por óleo e outras substâncias nocivas e para a minimização dos despejos acidentais de tais substâncias;
- Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias (Convenção de Londres, 1972), objetivando “o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho, capazes de gerar perigos à saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha, bem como danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar”. Promulgada pelo Decreto nº 87.566/82;
- Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação, em caso de Poluição por Óleo, 1990 (OPRC 90);

- Convenção Internacional de Bruxelas, sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-1969). Regulamentada pelo Decreto Lei nº 83.540/79; Promulgada pelo Decreto Lei nº 79.437/77;
- Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos (Convenção de Basileia);
- Convenção de RAMSAR – Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de aves aquáticas, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 33/92;
- Convenção-Quadros das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, firmada no Rio de Janeiro, em 1992 e em vigor desde 1994, sendo de grande relevância para os oceanos. A compreensão mais abrangente do papel dos oceanos na formação do clima na Terra também condiciona as linhas de pesquisas consideradas prioritárias no PSRM. Esta Convenção foi regulamentada pelo Decreto Federal 2.652/98;
- Diretrizes gerais do Banco Mundial sobre padrões de lançamento e outros aspectos ambientais, de segurança e de saúde ocupacional em atividades de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás em instalações “offshore”, 1995.

Legislação Estadual

Estado de Sergipe

Lei Estadual SE Nº 2.181/78 - Autoriza o Poder Executivo a criar a Administração Estadual do Meio Ambiente, sob a forma de autarquia estadual, e dá outras providências.

Lei Estadual SE Nº 4.063/89 - Extingue a Secretaria do Meio Ambiente do Estadode Sergipe – SEMA, e dá providências correlatas.

Lei Estadual SE Nº 2.825/90 - Cria a Área de Proteção Permanente (APP) do Rio Sergipe, e dá outras providências.

Lei Estadual SE Nº 3.870/97 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Lei Estadual SE Nº 4.749/03 - Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a qual foi posteriormente organizada com base na LEI nº 4.787/03, tendo por finalidade programar, organizar, executar e acompanhar a política do Governo do Estado relativa ao desempenho, expansão, desenvolvimento e acompanhamento das atividades referentes a meio ambiente e das demais relacionadas com os assuntos que constituem suas áreas de competência.

Lei Estadual SE Nº 5.858/06 - Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.

Decreto Estadual SE Nº 2.795/90 - Cria a Área de Preservação Ambiental da Foz do Rio Vaza-Barris, e dá outras providências.

Decreto Estadual SE Nº 13.713/93 - Institui a Área de Preservação Ambiental do Morro do Urubu, no Município de Aracaju, e dá outras providências.

Decreto Estadual SE Nº 13.468/93 - Regulamenta a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, e dá outras providências. Foi alterada pelo DECRETO ESTADUAL Nº 15.559/95.

Decreto Estadual SE Nº 18.099/99 - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos -CONERH/SE, e dá providências correlatas.

Lei Orgânica do Município de Aracaju - Discorre sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que estabelece a política de recuperação, preservação e conservação do meio ambiente e recursos naturais, contemplando o levantamento e conhecimento das características dos elementos naturais, de seus usos, definição das paisagens, ecossistemas e elementos de significado especial, bem como as diretrizes para o seu melhor aproveitamento.

Lei Municipal de Aracaju Nº 1.789/92 - Institui o Código de Proteção Ambiental do Município de Aracaju e dá providências correlatas.

Lei Orgânica do Município de Barra dos Coqueiros - Discorre sobre o Direito Comum ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Estado da Bahia

Lei Estadual BA Nº 3.163/73 - Cria o Conselho Estadual de Proteção Ambiental –CEPRAM. Esta lei foi criada para discutir e deliberar sobre empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente.

Lei Estadual BA Nº 7.799/01 - Dispõe sobre a Política Ambiental da Bahia. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº7.967, de 5 de julho de 2001.

Lei Estadual BA Nº 10.431/06 - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei Estadual BA Nº 12.056/11 - Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 351/87 - Cria a Área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 3.845/90 - Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 605/91 - Cria a Área de Proteção Ambiental de Mangue Seco, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 1.046/92 - Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 2.219/93 - Cria a Área de Proteção Ambiental do Rio Capivara, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 7.596/99 - Cria a Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga, e dá outras providências.

Decreto Estadual BA Nº 1.976/93 - Institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico–Econômico do Estado da Bahia, e dá outras providencias.

Decreto Estadual BA Nº 7.527/99 - Transfere para a gestão do Centro de Recursos Ambientais - CRA, as Áreas de Proteção Ambiental que indica.

Norma Técnica BA Nº 7.527/99 - Esta norma estabelece critérios e procedimentos para subsidiar o processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, para os empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, que venham se instalar no Estado da Bahia.

Resolução CEPRAM BA Nº 41/80 - Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar, e dá outras providências.

Resolução CEPRAM BA Nº 475/86 - Aprova a Norma Administrativa 03/99, dispondo sobre a comunicação de situações de emergência e de lançamento acidental de substâncias perigosas ao ambiente.

Resolução CEPRAM BA Nº 552/92 - Aprova a norma sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras, que estabelece procedimentos e critérios para controle da poluição do mar litorâneo do Estado da Bahia por embarcações, portos, terminais, estaleiros, canteiros de fabricação ou reformas de plataformas, refinarias, campos petrolíferos, marinas, clubes náuticos e demais instalações costeiras, regulamentando os respectivos licenciamentos ambientais.